

PRODUÇÃO E LEITURA DE HIPERDOCUMENTOS: novos modos de interação leitor-texto

PRODUCTION AND HIPERDOCUMENTS READING: new manners of interaction reader-text

Walter Moreira¹

Resumo

Investiga a especificidade da leitura de hiperdocumentos com vistas a estabelecer as diferenças e semelhanças, implícitas ou explícitas, deste modelo com o modelo tradicional de interação leitor-texto-(editor)-autor. As novas formas de produção e de recepção de textos tornadas possíveis pela telemática e pelos procedimentos de interface característicos da *Web* são colocadas em discussão.

Palavra-chave

HIPERDOCUMENTOS

LEITURA

1 A FORMAÇÃO DO DEBATE

Poucas vezes na história discutiu-se tanto as revoluções (reformas?) culturais promovidas pelas invenções da escrita, da imprensa e da informática. Tornou-se lugar-comum falar em crise de paradigmas. Expe-

¹ Mestre em Biblioteconomia (PUCCAMP). Professor Titular da Fatea. Coordenador do Curso de Biblioteconomia – Fatea. Coordenador do Núcleo de Educação a Distância – NEaD – Fatea.

rimenta-se a mudança repentina nas mais diversas áreas, nas mais diversas disciplinas e ciências. Por que, pode-se perguntar, um assunto tão complexo cai no gosto popular, corre à boca miúda, para depois ser tachado de anacrônico? No caso da telemática pode-se arriscar uma resposta: a discussão tem sido travada quase sempre de modo bipolarizado, entre posições que se pretendem opostas, entre adeptos da tecnofobia e da informatolatria, os quais buscam firmar sua opinião como certeza ou, quiçá, firmar sua certeza na sua opinião.

O debate, neste aspecto, vem se provando inócuo. Torna-se cada vez mais evidente que é tão contraproducente rejeitar os avanços da tecnologia da informação, quanto atribuir-lhes a falácia da democracia informacional. Só há uma certeza por enquanto, e ela nada tem de nova aliás: a mudança.

Para entender a função reservada ao autor e ao leitor tradicionais em face das novas condições de produção e de recepção do texto eletrônico, conjugar-se-á no presente trabalho dois verbos polêmicos: relativizar e dialetizar. A polêmica está em que, não raro, confunde-se-os com, para usar uma expressão popular, *estar em cima do muro*, posição muitas vezes confortável e válida, desde que temporária e que subsidie tomadas de decisão.

Apesar das diferenças explícitas serem maiores do que as semelhanças implícitas, não há quem resista a comparar a internet com o *ambiente impresso*, seja o livro, a biblioteca, sejam os periódicos, as cartas ou qualquer outro meio. Com base no princípio de exclusão das mídias, na crença ditada pelo senso comum de que uma sobrepõe-se necessariamente à outra, mais antiga, tem-se tomado como tábua de salvação a permanência do livro, do modo tradicional de leitura, sobre o universo multimidiático. Parece que o volume de vendas de livros pela internet – a Amazon, uma mega-livraria virtual, é o exemplo mais patente disto – dá conta de que é óbvio que o livro permanece, como também é óbvio que há um novo conceito de *livro* em processo.

Assim como não existe *o livro*, e sim *um determinado livro*, que se apresenta a *um leitor determinado*, e não *ao leitor*, dadas as condições individualizantes desse processo que envolvem desde a visão de mundo, o conhecimento prévio até os limites sintáticos e semânticos

impostos ao autor no momento da criação e ao leitor na recepção, não existe a internet como bloco inconsútil, mas sim como um conjunto de páginas eletrônicas, de hiperdocumentos, que o leitor-navegador desdobra e recria a sua maneira, contribuindo para o que Lévy (1999, p. 149) chama de “plano hipertextual indefinidamente aberto e móvel da *Web*”.

Em que pese a quantidade de pesquisas produzidas sobre o assunto, sabe-se pouco sobre a natureza das estruturas cognitivas envolvidas no ato da produção de sentido de um texto impresso. Sabe-se menos ainda sobre o hipertexto. Não convence mais justificá-lo ou validá-lo com o argumento de sua característica de imitação do modelo mental de aproximação associativa do objeto a conhecer. O modelo, dado à luz no célebre texto de Bush (1945), não convence justamente por não explicitar como se dão essas associações, ou seja, não elucida as tais estruturas cognitivas arroladas no processo. Vale citar, por esta razão, a advertência de Cavalcanti (1989, p. 46): “As abordagens sobre leitura devem [...] ser aceitas transitoriamente na ausência de outras”.

Ainda que se possa considerar que a tecnologia hipertexto não revoluciona os princípios básicos da textualidade, ela os reforma. As práticas culturais de comunicação também são reformadas. Está em jogo aqui o conhecimento da extensão/intenção dessa reforma.

Com o advento e a popularização da internet e dos novos modelos de comunicação gerados pela telemática tem se formado um grande debate em torno desta questão: há de fato uma especificidade no modo de leitura de hipertexto? Ou seja, lê-se de modo diferente? Há evidências de um novo modelo de leitura? Ainda faltam pesquisas completas e as conseqüentes respostas sobre o assunto. O referido debate tem sido construído pelos que tentam entender o hipertexto com o discurso da leitura e/ou os que tentam entender a leitura com o discurso da informática.

Talvez a questão devesse ser reformulada: dado o que já se conhece – melhor seria dizer o que já se desconhece – sobre leitura/escritura, qual a real contribuição do hipertexto ao processo interativo comunicacional.

Na visão pragmática de Miall (1997), a questão mais importante, formulada anteriormente ao hipertexto, aliás, ainda permanece sem

resposta: o que significa ler? Para fornecer-lhe uma resposta seria preciso abandonar o propósito deste trabalho e mergulhar num mar de conceitos. Opta-se, portanto, pela dúvida que lhe é complementar: o que muda nas práticas de leitura no contexto de uma nova mídia como o hipertexto?

Se, como dizia aquele pensador, *o meio é a mensagem*, vale lembrar, antes de qualquer coisa, que há uma confusão de mídias, de denominações. A principal característica do hipertexto é a convergência de variadas mídias, denominada por alguns autores pluritextualidade ou multitemiose (XAVIER, 2000) ou intermedialidade, na exposição de Lajolo (1998, p. 70), mantendo-se “a expressão texto e seus derivados no limite estrito da linguagem verbal”, pois no hipertexto “o que se tem é a inter-relação entre diferentes mídias, tais como imagem/som/movimento e texto mutuamente enredados”.

Para preservar o tom da discussão é preciso aceitar que se vivencia um estágio pré-paradigmático: do mesmo modo que ainda não há um modelo de processo de leitura hipertextual, os modelos de leitura tradicionais não se acomodam com perfeição ao hipertexto.

2 HIPERTEXTO: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

O prefixo *hiper* anteposto ao termo texto remete à idéia de algo mais que um texto, algo que se lhe sobrepõe; hierarquicamente superior, portanto. Parece, entretanto, que o conceito, tomado literalmente, ainda não se firmou na prática. Tomem-se como exemplos os casos de Bill Gates e Nicholas Negroponte, presidente da Microsoft, o primeiro, e o segundo um dos fundadores do *Media Lab* do MIT. Negroponte (1995, p. 13) que dá como título ao capítulo introdutório do seu famoso *A vida digital, Um livro paradoxal*, confessa-se, além de disléxico, mais cren-te na palavra escrita que na multimídia interativa, a qual “deixa muito pouco espaço para a imaginação”. Autor do belíssimo *Uma história da leitura*, Manguel (1999), em entrevista recente a um periódico brasileiro, considera extremamente significativo o fato de Bill Gates propor uma sociedade sem papel e desenvolver essa idéia publicando livros.

Inúmeros textos publicados em papel, entretanto, vêm assumindo a mídia digital, em vista de todas as facilidades que esta promove, outros já nascem nela. São três os processos básicos dessa *transmutação*, a transcrição, a tradução e a criação, que aliás, não são subseqüentes, nem mesmo complementares.

A **transcrição** de textos em hipertextos é o mais rudimentar desses processos, e também o mais comum. As bibliotecas virtuais, digitais ou eletrônicas (ainda não se firmou o conceito), estão repletas deles. Os periódicos eletrônicos, em sua grande maioria, também. Neste caso, o texto, apesar de ser produzido digitalmente, é pensado para o suporte papel e, com esse *design*, é convertido para o formato HTML (*Hypertext Markup Language*). Inúmeros debates já surgiram em torno da velha e válida discussão sobre a transposição de mídias, como, por exemplo, a clássica adaptação de romances célebres para filmes medíocres e vice-versa. Aqui acontece o mesmo.

Na transcrição tenta-se preservar a ordem canônica do texto. Nesse suporte ela já está perdida, pois o hipertexto – analogamente ao texto, de forma mais acentuada, entretanto – não possui esta ordem mais ou menos canônica. Na verdade a deslinearização constitui-se como princípio e não como condição de produção do hipertexto. No texto há inúmeros artifícios que permitem quebrar a linearidade, mas aqui esse recurso é opcional, é a exceção; no hipertexto é a regra. Assim é que “todo texto impresso pode ser um hipertexto, mas nem todo hipertexto pode ser um texto impresso” (XAVIER, 2000). Forçoso é, contudo, reconhecer que ambos possuem uma ordem: a do leitor.

Com um resultado melhor do que o alcançado pela transcrição, em termos de eficácia, **a tradução** ainda tem seus contras. Neste processo são considerados dois *códigos* lingüísticos, a língua natural e a linguagem computacional de marcação de textos (HTML), a tradução consiste em adaptar – e não só transcrever, como no caso acima – as estruturas do texto à nova mídia. Basicamente a superestrutura textual é o elemento que norteia este processo.

O problema é que a língua não é um conjunto de signos facilmente traduzíveis, se o fosse, aliás, a inteligência artificial estaria avançadíssima. Por esta mesma razão, pouco interessa ao estudo da

leitura a compreensão de orações isoladas (CAVALCANTI, 1989), atualmente enfoca-se o conhecimento prévio, o sentido que o leitor atribui ao texto em função de seu repertório de representações, como subsídio teórico aos estudos sobre o processo de leitura, uma abordagem que abandona a psicolinguística em favor do cognitivismo.

A diferença fundamental entre a **criação** de um texto e de um **hiperdocumento** é o estabelecimento de *links*, de nós entre textos diferentes (*links* semânticos) e entre partes de um mesmo texto (*links* referenciais). La Passardiere e Dufresne (*apud* EKLUND, 1995) atualizam a nomenclatura e apresentam três ferramentas auxiliares no processo de atualização da interface do hipertexto: pontuais, estruturais e históricas. As **ferramentas pontuais** indicam e promovem a passagem do leitor para algum outro ponto do ciberespaço. As **ferramentas estruturais** oferecem ao navegador uma visão de sua posição relativa no ciberespaço, isto é, permitem-lhe mapear sua localização. As **ferramentas históricas** possibilitam-lhe identificar os *lugares* por onde passou. São categorias jamais pensadas para o texto impresso em suporte papel.

Apesar de mais rica nestes assuntos a literatura *literária*, o processo de construção de *links* aproxima-se mais da estrutura do texto dissertativo do que do literário (MIALL, 1997). Apesar de parecer simples, a construção de *links* com qualidade fica no limite entre a técnica e a *arte*. Dada sua facilidade mecânica, fácil é exagerá-los e promover resultados desastrosos. Do mesmo modo, a falta de informações sobre os *links* – ainda que de qualidade – leva o leitor a desconstruir o texto sem conseguir reconectá-lo, prejudicando sua compreensão global.

Os (hiper)textos pensados em/para o ambiente hipertextual não raro resultam nos melhores exemplos de aplicação dessa tecnologia. Em alguns casos chegam mesmo a superar, em termos de interatividade, os similares impressos, como tem sido o caso de alguns periódicos e enciclopédias.

Mesmo quando um autor escolhe um conjunto de representações para determinado conceito, isto é, quando estabelece os possíveis *links* de seu texto, o faz por meio de critérios subjetivos de escolha, o faz em função de um contexto partilhado com um conjunto imaginário de leitores. A liberdade de escolha do leitor é, portanto, a possível, não a ideal, adverte Xavier (2000). Note-se que trabalhar com o texto científico é relativamente mais fácil nesta acepção, pois,

sempre que o texto expositivo explica um argumento ou transmite uma informação, tem como pressuposto a referência a um certo objeto; em troca, isso exige uma individualização contínua do ato da fala, de modo que a expressão possa alcançar a sua precisão pretendida (ISER, 1979, p. 108).

Se determinado texto trata, por exemplo, de *mitologia grega* a ligação com a palavra *espelho* tem muito menor probabilidade de estar relacionada a algum conceito de *óptica* do que a *Narciso*. É preciso insistir, contudo, que se trata apenas de probabilidade.

3 HIPERDOCUMENTO: CONDIÇÕES DE LEITURA

Eagleton (1997, p. 103) periodiza a história da moderna teoria literária em três fases:

uma preocupação com o autor (romantismo e séc. XIX); uma preocupação exclusiva com o texto (Nova Crítica) e uma acentuada transferência da atenção para o leitor, nos últimos anos. O leitor sempre foi o menos privilegiado desse trio – estranhamente, já que sem ele não haveria textos literários.

A não ser como expressão do autor que o cria, a rigor, o texto não existe, melhor dizendo, não preexiste ao leitor, vez que este é quem lhe atribui significados, ancorado em seu repertório de conhecimentos, nos *textos* que compõem sua estrutura cognitiva. O leitor, nesse processo, é tão vital quanto o autor (EAGLETON, 1997). Ampliando-se assim o conceito de texto, a idéia de intertexto está presente no mais rudimentar processo de leitura. Ao transformar o texto o leitor divide com o autor sua autoridade. O discurso literário supõe, então, “um *leitor* capacitado a recuperar de forma consciente as alusões, citações, paráfrases, paró-

dias e demais formas de intertextualidade presentes em cada texto que lê” (LAJOLO, 1998, p. 65).

A parceria do leitor na composição do texto, enquanto conjunto de significados, fica mais evidente ainda na leitura de hipertexto, pois a escolha dos possíveis caminhos pelo leitor/usuário determina a seu modo o começo, meio e fim do texto, fazendo com que toda leitura seja também um ato de escrita (ELIAS, 1999; LÉVY, 1996).

No ato da leitura não há imaginário neutro, pois ao perceber que algo importante está sendo discutido prevê/realiza associações. Não passa despercebido, por exemplo, ao leitor proficiente, o fato de José Saramago não atribuir nomes aos seus personagens de *Ensaio Sobre a Cegueira*. O fenômeno dá conta da intencionalidade do escritor em provocar um debate com o leitor sobre a questão da identidade dos personagens e do que representam.

As associações do autor, contudo, não são necessariamente as do leitor. Assim fosse, o texto teria um significado único, completamente previsível. Para Chartier (1998, p. 77) “o texto não tem de modo algum – ou ao menos totalmente – o sentido que lhe atribui seu autor”. O poder de comunicação com uma grande quantidade de leitores de variadas épocas, aliás, é marca característica dos clássicos. Ainda que Macbeth tenha sido escrito *para* um público determinado, num contexto cultural determinado, por exemplo, a leitura que se faz da obra atualmente é única para cada leitor, pois sua interpretação, mesmo que apoiada nas condições culturais da época, continua a ser individualizante, inevitavelmente influenciada por sua própria linguagem e por seus pontos de referência cultural. Ainda que se esforce o leitor jamais pode deixar de ser ele mesmo e conhecer o que Shakespeare tinha realmente em mente (EAGLETON, 1997).

No nível do significante o leitor do hipertexto ainda continua lendo em seqüência, linearmente. O que caracteriza a diferença é a escolha, a possibilidade dada ao leitor de escolher um entre muitos caminhos que lhe são apontados. Claro que estas escolhas ainda são controladas pelo escritor, a ele cabe o *poder* de decidir quais os caminhos oferecidos.

Não é nova também a idéia de unir pontos de um texto a outro, de promover o intertexto, o diálogo entre textos diferentes que apresentem pontos de convergência para determinado leitor, seja em notas à

margem do livro, seja em fichamentos ou mesmo em referências bibliográficas. A diferença, neste caso, é que no hipertexto a intertextualidade é o próprio paradigma. A tecnologia hipertexto permite que isso seja realizado em tempo real. Na velocidade de um clique o leitor pode estabelecer conexões (*links*) no texto que lê, isto lhe garante uma obra única, com pontos de acesso e decisões sobre indexação personalizadas e particularíssimas, sem que se perca sua originalidade autoral.

Nada é mais importante no texto do que o efeito que ele provoca no leitor. Para Jauss (1979, p. 46) não é a interpretação do significado da obra ou mesmo a reconstrução da intenção do autor que caracterizam a experiência estética. Esta experiência, afirma o autor,

realiza-se na sintonia com seu efeito estético, i.e., na compreensão fruidora e na fruição compreensiva. Uma interpretação que ignorasse esta experiência estética primeira seria própria da presunção do filólogo que cultivasse o engano de supor que o texto fora feito, não para o leitor, mas sim, especialmente, para ser interpretado.

A leitura é um processo interativo. Assim como o livro não determina o modelo de leitura mais adequado, o hipertexto também não o faz. Numa perspectiva interacionista não se pode considerar como entidades isoladas o autor, o texto e o leitor, é precisamente na sua interação que ocorre o fenômeno que aqui se estuda.

Para Iser (1979, p. 88) nas interações humanas há a contingência da impossibilidade de cada parte ignorar como está sendo exatamente recebida pela outra. São precisamente esses *vazios*, essa “assimetria fundamental entre texto e leitor, que originam a comunicação no processo de leitura”. Portanto, se o *hiperautor* tiver a audácia de tentar adivinhar todas as pistas que o leitor possa querer seguir – ainda que tal tarefa seja impossível – estará simplesmente tornando o seu texto mais linear do que qualquer outro tradicional.

Dependendo do propósito de leitura, o leitor pode ser menos ou mais ativo em relação à intenção do autor. Pode impor seu próprio esquema de leitura ou simplesmente aceitar o que se lhe oferece

(CAVALCANTI, 1989). Na verdade trata-se de um diferencial bastante significativo, pois

se para um texto o usuário/leitor estabelece sua própria taxa de leitura/processamento, o mesmo não é possível com relação aos documentos audiovisuais, por exemplo, cuja taxa de recepção é contínua, invariável em relação ao usuário (MOREIRA, 1998).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O hipertexto não rompe a linearidade do significante. O leitor de hipertexto ainda não tem liberdade total, sua liberdade é menos condicionada ao plano do autor, mas ainda o é. Pode-se estabelecer uma escala que vai da interpretação possível à completamente impossível.

O hipertexto deixa a condição de *mero* suporte informacional justamente quando amplia qualitativamente a possibilidade de escolhas do leitor. O meio de transporte da informação não é neutro, como se sabe, ele afeta nosso modo de pensar, nossas estruturas cognitivas se moldam de acordo com o que se lhes oferece como tecnologia (LÉVY, 1993).

Há uma *revolução* em curso, embora não se possa mensurá-la ainda. Casalegno (1998, p. 34) salienta que há pelo menos três casos nos quais a hiperliteratura modifica estruturas: a) a relação escritor/editor; b) a criação coletiva de um grupo preciso de leitor-autor² “no qual se sugere inicialmente o tronco de um romance e, ao ler o texto, [pode-se] ter a inspiração de dar uma direção pessoal à narrativa ou, em outras palavras, acrescentar-lhe um ramo” e c) “criação coletiva de romances, numa

² O autor cita especificamente o Projeto Ciberficção, desenvolvido no Canadá. Ver <http://www.cyberscol.qc.ca/CyberProject/Fiction>. Há cerca de dois anos Universo Online (<http://www.uol.com.br>) realizou experiência semelhante, num misto de mistério/suspense e RPG.

espécie de redação a número ilimitado de mãos”. Sem falar nos colégios invisíveis que atribuem maior relevância à comunicação informal e virtualizam sua produção científica (MOSTAFA; TERRA, 2000).

Os estudos que se referem à determinação da macroestrutura do texto ganham novo *status* com o hipertexto, merecem, por conseguinte, revisões. A linguagem de marcação do texto computacional (HTML) é feita – quando bem feita – justamente na macroestrutura. Não se pode prescindir, como se vê, dos conhecimentos acumulados pela lingüística textual, necessário se faz, contudo, promover seu diálogo com a lingüística computacional, a qual apresenta singularidades, como, por exemplo, o tratamento dado ao ícone, um elemento praticamente suprimido da cultura impressa em favor do alfabeto, que tem seu posto restaurado na escrita por computador.

Abstracts

It investigates the specificity of the hiperdocuments reading with views to establish the differences and similarities, implicit or explicit, of this model with interaction reader-text-(editor)-author's traditional model. The new production forms and of reception of texts turned possible by the telematics and for the characteristic interface procedures of the Web they are put in discussion.

Key-words

HIPERDOCUMENTS – READING

REFERÊNCIAS

- BUSH, Vannevar. As we may think. *The Atlantic Monthly*, v. 176, n. 1, p. 101-108, 1945. Disponível em: <<http://www.isg.sfu.ca/~duchier/misc/vbush>>. Acesso em: 24 jul. 2001.
- CASALEGNO, Federico. Hiperliteratura, sociedades hipertextuais e ambientes comunicacionais. *Famecos*, Porto Alegre, n. 9, p. 32-36, jul./dez., 1998.
- CAVALCANTI, Marilda do Couto. *Interação leitor-texto*: aspectos da interpretação pragmática. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro*: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Unesp, 1998.
- EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura*: uma introdução. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- EKLUND, J. *Cognitive models for structuring hypermedia and implications for learning from the world-wide-web*. 1995. Disponível em: <<http://ausweb.scu.edu.au/aw95/hypertext/eklund/>>. Acesso em: 24 jul. 2001.
- ELIAS, Vanda Maria da Silva. Escrita, hipertextualização e oralidade. *Unicsul*, n. 5, p. 107-112, abr. 1999.
- ISER, Wolfgang. A interação do texto com o leitor. In: LIMA, Luiz Costa (org.). *A literatura e o leitor*: textos de estética da recepção. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 83-132.
- JAUSS, Hans Robert. A estética da recepção: colocações gerais. In: LIMA, Luiz Costa (org.). *A literatura e o leitor*: textos de estética da recepção. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 43-61.
- LAJOLO, Marisa. Do intertexto ao hipertexto: as paisagens da travessia. *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*, São Paulo, v. 56, p. 65-72, jan./dez. 1998.

LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*: o futuro do pensamento na era da informática. São Paulo: 34, 1993.

_____. *Cibercultura*. São Paulo: 34, 1999.

_____. *O que é o virtual?* São Paulo: 34, 1996.

MANGUEL, Alberto. Ler é poder. Entrevista concedida a Tânia Menai. *Veja*, 7 jul. 1999. p. 11-15.

MIALL, David S. *Hipertextual reading*: what's the difference? Disponível em: <<http://www.ualberta.ca/~dmiall/reading/hypdiff.htm>>.1998.

_____. *Trivializing the word*: hypertext, postmodernism, and reading. 1997. Disponível em: <<http://www.ualberta.ca/~dmiall/TRIVIAL2.HTM>>. Acesso em: 18 fev. 2000.

MOREIRA, Walter. *Biblioteca tradicional X biblioteca virtual*: modelos de recuperação da informação. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1998.

MOSTAFA, Solange P., TERRA, Marisa C. Das cartas iluministas às listas de discussão. *DataGramZero*, v. 1, n. 3, jun. 2000. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/jun00/F_I_art.htm>. Acesso em: 24 jul. 2001.

NEGROPONTE, Nicholas. *A vida digital*. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

XAVIER, Antonio Carlos. *Leitura, texto e hipertexto*. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/~hytex>>. Acesso em: 18 fev. 2000.